

Ulysses reabre prazo de emendas ao regimento

Pressão do PFL leva o PMDB a rever o substitutivo do líder Fernando Henrique Cardoso

O presidente da Assembleia Nacional Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, decidiu ontem à noite prorrogar até hoje às 15 horas o prazo para apresentação de emendas ao substitutivo do senador Fernando Henrique Cardoso ao projeto de regimento interno da Constituinte, por pressão do PFL e pelas críticas dos parlamentares. Submetida ao plenário, por recurso do deputado Brandão Monteiro (PDT/RJ), que discordou da dilatação do prazo, a decisão do presidente foi aprovada por 316 votos a 46.

Tendencioso, excludente, antidemocrático, ditatorial, unilateral, odioso, discriminatório, reacionário, intolerável, castrador, ridículo, inaceitável, foram alguns dos adjetivos usados pelos constituintes, na primeira sessão extraordinária de ontem, para classificar o projeto do relator ao substitutivo.

As críticas não partiram apenas dos pequenos partidos, prejudicados com a exigência de quoruns que jamais poderiam obter, mas também do próprio PMDB, que só contou com três discursos em defesa da proposição do senador Fernando Henrique.

Foram eles: Antônio de Jesus, para quem a proposta não é antidemocrática e permite a participação dos pequenos partidos; Paulo Macarini (SC), que admitiu críticas a aspectos do projeto mas não à essência, frisando que Fernando Henrique demonstrou alto espírito público e fez um projeto que é um marco na feitura da Constituição; e Benedito Monteiro (PA), que o defendeu como uma "peça que merece respeito".

Por outro lado, o projeto foi criticado dentro do partido por Cardoso Alves (SP), José Costa (AL), Vasco Alves (ES), Jorge Leite (RJ) e Valter Pereira. Leite chegou a ser muito aplaudido ao criticar a Comissão de Sistematização, que disse ser a grande comissão constitucional travestida, e ao frisar que "nesta casa não tem consti-



tuintes de 1-, 2-, 3- classes, tem constituintes por igual".

A sessão das 15 horas, começou na hora exata, com uma questão de ordem apresentada pelo deputado José Thomaz Nonô (PFL/AL), para que o substitutivo de Fernando Henrique Cardoso pudesse ser emendado. O presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, preferiu não respondê-lo de imediato, pedindo prazo para meditar mas prometendo uma solução ainda dentro daquela sessão, o que acabou não acontecendo.

O debate sobre o regimento da Constituinte esquentou quando o deputado monarquista Cunha Bueno (PDS/SP) propôs que em repúdio "aos poderes autoritários do relator", senador Fernando Henrique, os partidos pequenos se retirassem de plenário, não votando o projeto e deixando a responsabilidade pela sua aprovação aos partidos majoritários. José Maria Eymael (PDC/SP), que o sucedeu no microfone da tribuna, acrescentou que "como está, o substitutivo conduziria à simples outorga de um texto constitucional pelos partidos de sustentação do governo".

Ainda no pinga-fogo, com menos de uma hora de sessão, Juarez Antunes (PDT/RJ) indagava da tribuna: "Será que esse regimento nasceu no sítio do general Golbery, em Luziânia, ou pelo dedo do general Geisel?". E Siqueira Campos (PDC/GO), pouco tempo depois, assegurava que "se aprovado, poderemos ir para casa, porque o grupo dominante certamente fará tudo".

As críticas ganharam uma dimensão histórica quando Haroldo Lima (PCD/B/BA), às 16h27min, afirmou, "com absoluta sinceridade e convicção científica", que "o projeto do senador Fernando Henrique é o mais reacionário que já se fez nesse país".

Depois de compará-lo com os regimentos de outras constituintes, acrescentou em tom ameaçador que "pagaremos o preço que for, mas não aceitaremos isso".

"Esse poderia ser o regimento-rolha", emendou Fernando Santana, do PCB da Bahia, considerando o projeto como "uma obra da mais perfeita e violenta ditadura que se pretende fazer nessa Assembleia Constituinte". Os discursos seguiram nessa linha crítica quando José Costa (PMDB/AL) apresentou à mesa um requerimento para abertura de um prazo de cinco dias para oferecimento de novas emendas.

Airton Cordeiro, PDT/PR, preferia que o senador Fernando Henrique retirasse o substitutivo, "em homenagem ao seu passado de homem público". O apelo foi reforçado mais tarde por Stélio Dias (PFL/ES). Instantes após o deputado Adroaldo Streck (PDT/RS) anunciar que pregaria da tribuna a desobediência civil como última forma de enfrentar "tanta mentira". Ele deu prazo de 90 dias para que o ministro da Fazenda se apresente, voluntariamente, já que não pode ser convocado, para explicar o que o governo fez durante o período de suspensão do pagamento dos juros da dívida externa.

As 18h49min, Ulysses Guimarães, que havia se retirado do plenário ainda no início da sessão, para se reunir com lideranças de todos os partidos, retornou, suspendendo-a às 19h05min e convocando nova sessão para 15 minutos depois.

A segunda sessão extraordinária do dia começou somente às 19h47min, quando estavam presentes 435 constituintes. Para surpresa geral, coube ao próprio relator do projeto de regimento interno, senador Fernando Henrique Cardoso, que durante toda a primeira sessão não apareceu em plenário, pedir a dilatação do prazo, para novas contribuições, reconhecendo as limitações de sua proposta.

LUÍZ MARQUES



Sob clima de expectativa, Ulysses anunciou ao plenário a reabertura do prazo para emendas ao regimento

Acordo sobre a soberania agrada Sarney

ALFREDO LOBO
Repórter Especial

O presidente José Sarney ficou satisfeito com o acordo costurado entre o líder do Governo, deputado Carlos Sant'Anna, o relator do regimento da Constituinte, senador Fernando Henrique Cardoso, e o grupo Pró-Soberania do PMDB, para explicitar os limites políticos do exercício da soberania pela maioria da Assembleia.

Um parlamentar com amplo acesso a Sarney analisa a reação do PFL como mais uma tentativa de isolar a esquerda do PMDB, insistindo em atrair a ala mais moderada do partido de Ulysses Guimarães para o discurso anti-soberania que o chefe de Estado já abandonou, satisfeito com a autolimitação aceita pelo grupo Pró-Soberania negociado por Sant'Anna e Fernando Henrique.

Carlos Sant'Anna, ao ser indagado como líder do Governo, recebeu "instruções precisas" — segundo um assessor palaciano — para o desempenho de sua primeira missão, justamente a questão da soberania da Constituinte. Tinha, portanto, plena autoridade para negociar e fechar o acordo consequente com a estratégia governamental de ampliar seu apoio à direita (incluindo o PTB) sem romper com a esquerda, muito mais representativa.

Denunciar como "tração" a atitude do relator Fernando Henrique Cardoso, ao abrir a possibilidade de a Constituinte exercer sua soberania contra qualquer força que tente cercar sua liberdade na elaboração da nova Constituição, não tem endosso do presidente Sarney.

O senador, como líder do PMDB no Senado, é também líder do Governo, já que Sant'Anna foi nomeado especificamente para a Câmara. Sarney reafirmou sua confiança em Fernando Henrique — "não tenho problemas no Senado".

"Reacionário", acusa o PCB

"Não tenho dúvidas. Esta proposta é do regimento Rolha. O regimento para que ninguém fale, ninguém tenha a possibilidade de apresentar emendas e nem defender suas propostas", acusou da tribuna da Constituinte o deputado Fernando Santana (PCB-BA), que taxou de "o mais reacionário, duro e arbitrário de todos os regimentos, muito pior que os gerados nos anos do regime militar".

Santana, a exemplo de outros constituintes, também se posiciona contra o parecer do relator da matéria, senador Fernando Henrique Cardoso, "que deu quase uma aula para explicar sob os olhares de uma platéia silenciosa, quase religiosa, suas propostas".

PMDB cede para não se dividir

O PMDB, mais uma vez, curvou-se ante o poder de fogo do Partido da Frente Liberal, na noite de ontem, e permitiu que o presidente da Assembleia Nacional Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, concedesse mais prazo para apresentação de emendas ao substitutivo do regimento elaborado pelo senador Fernando Henrique Cardoso.

Apesar de os líderes e vice-líderes do PMDB terem procurado aparentar tranquilidade com a nova derrota imposta ao partido pelo líder do PFL na Câmara, deputado José Lourenço, o fato concreto é que o grande vencedor das eleições do ano passado viu-se na contingência de ceder ao seu parceiro numericamente inferior de Aliança Democrática por medo de presenciar sua imposição em plenário.

Disposto a não reabrir o prazo, o PMDB não teve alternativa para valer-se de sua imensa bancada

de 259 parlamentares, por ter consciência de sua falta de unidade interna. Afinal, o líder do partido, deputado Luis Henrique, nocauteado por Lourenço neste embate, tinha plena consciência, à medida em que era encurralado nas cordas, da pluralidade que caracteriza o PMDB.

Convicto de que estava em jogo, durante as manobras realizadas ao longo da tarde pelos liberais, a integridade de sua bancada, o líder peemedebista, intimamente contrário à reabertura do prazo, cedeu para não ver a massa de parlamentares conservadores que incharam o PMDB a partir da eclosão da Nova República aliar-se ao PFL e, assim, criar definitivamente o partido informal de sustentação do presidente José Sarney.

A vitória do PFL, no entanto, divertidamente comemorada por José Lourenço, que em plenário aproveitava o fato de "as cravilhas terem sido convenientemente apertadas

para que mais prazo fosse concedido para emendas", era analisada com reservas até mesmo por políticos do PFL, como o senador Edison Lobão (MA). Para ele, a decisão tomada por Ulysses representa um grande perigo por ter aberto um precedente.

Esse precedente, de acordo não só com Lobão, mas também para o líder do PCB, deputado Roberto Freire, e o deputado Prisco Vianna (PMDB-BA), significa, na prática, o atropelamento das normas preliminares da Assembleia Nacional Constituinte. Fato que, para os três, poderá se repetir com constância à medida em que o Palácio do Planalto sentir-se ameaçado e lançar mão do PFL para eliminar problemas que porventura lhe incomodem. Ainda que o preço seja a desmoralização do partido formal do presidente da República e o enxovalhamento do regimento definitivo da Constituinte.

Luiz Henrique: "melhor assim"

O presidente do PMDB, da Câmara e da Constituinte, Ulysses Guimarães, não queria; o líder do partido na Câmara, Luiz Henrique, também não; o senador Fernando Henrique Cardoso, relator da matéria e líder no Senado, muito menos; a cúpula, enfim, do PMDB, não queria a reabertura do prazo para apresentação de emendas ao substitutivo ao projeto de Regimento Interno da Assembleia Nacional Constituinte.

Mas tiveram que se submeter à pressão do seu companheiro de Aliança Democrática, o Partido da Frente Liberal, que amea-

çou, através dos seus líderes na Câmara e no Senado, José Lourenço e Carlos Chiarelli, não votar o substitutivo do senador Fernando Henrique Cardoso, abandonando o plenário e, mais longe, a própria Aliança.

O senador Marcondes Gadelha chegou a dizer ao ex-líder do PMDB na Câmara, Pimenta da Veiga, que "façam a Constituição sozinhos, porque desse jeito nós vamos nos retirar", enquanto José Lourenço ironizava que "a Constituinte exclusiva, que eles querem é, na verdade, exclusividade para o PMDB

elaborar a nova Constituição".

Segundo Luiz Henrique, não houve "capitulação do PMDB à pressão dos que não querem a soberania da Assembleia Nacional Constituinte". Ele garantiu: "Nós decidimos pela prorrogação do prazo porque o PMDB achou melhor assim".

A decisão da cúpula do PMDB, de aceitar a abertura de prazo para apresentação de emendas, começou a ser tratada no final da tarde, quando o líder Luiz Henrique reuniu os coordenadores de bancadas, com a presença do relator.

Até Ulysses pôs a mão

O presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães (SP), alterou o dispositivo do substitutivo do senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB/SP) sobre os projetos de decisão, que permitem à Constituinte suspender medidas que possam ameaçar os trabalhos e as resoluções soberanas da Assembleia. A modificação introduzida prevê o arquivamento definitivo do projeto de decisão que recebe parecer contrário da Comissão de Sistematização. Ontem o deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB/PE) disse que esta informação lhe foi transmitida pelo líder do Governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna.

A mudança feita por Ulysses provocou reações dos pequenos partidos, pois bloqueia a tramitação dos projetos de decisão, impedindo-os de chegar ao plenário, na hipótese de parecer contrário. Segundo Maurílio Ferreira Lima, Sant'Anna lhe disse que se empenharia na rejeição da redação dada pelo presidente da Constituinte.

Direita feliz, esquerda não

Sorridentes estavam o PFL e o PTB. O senador Jarbas Passarinho, líder do PDS, aproveitou para ironizar: "Hoje vi a esquerda contra a abertura". Os partidos de esquerda amargavam a derrota, prevendo para hoje uma investida do PFL contra os projetos de decisão — fórmula pela qual a Constituinte poderia alterar a Carta em vigor. "O PFL fez o que Sarney e os militares o mandaram fazer de ontem para hoje", atacou o líder do PDT na Câmara, deputado Brandão Monteiro. O longo domingo terminou assim — e, de fato, não deverá faltar hoje o disparo de um torpedeiro contra o sétimo parágrafo do Artigo 58 do substitutivo redigido pelo líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso.

"Foi uma vitória do PFL, um exercício de democracia", exultava o primeiro vice-líder Aiceni Guerra, enquanto a votação ia chegando ao fim e se decidia.

"O regimento foi rasgado", bradava o líder do PDT, Brandão Monteiro. "O respeito às normas era a garantia única, de que poderíamos sobreviver sem ser esmagados", assegurava o líder do PCB, Roberto Freire. "Foi um golpe", resumiu Olívio Dutra (PMDB-RS).

Só o PDS e o PTB se uniram ao PFL para virar a mesa contra o projeto de decisão.

Impasse: PFL rejeita regimento

"A nossa firmeza racha o PMDB hoje à tarde", vaticinou a deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ), ao final de uma reunião em que seu partido, na manhã de ontem, definiu uma agressiva estratégia para combater o que classificava como "esmagamento" dos pequenos partidos.

O encontro da bancada foi marcado por discursos veementes e duras críticas ao PMDB. Ali foi nomeada uma comissão para redigir nota oficial a ser distribuída à imprensa depois de que, se a Mesa não aceitasse a abertura de novo prazo para emendas modificando o projeto de regimento da Constituinte, os pefelistas se retirassem do plenário.

Seria também convocada uma entrevista coletiva à imprensa, onde o PFL pretendia deixar bem clara sua posição contrária à camisa-de-força em que se viriam metidos os pequenos partidos com as exigências de apoio de entre 56 e 96 constituintes para ações como pedidos de urgência, recontagem de votos, imediata discussão e votação de matéria de relevância, convocação de sessões extraordinárias, etc. "Se perdemos termos de nos submeter a este regimento, mas é preciso deixar claro que foi o PMDB o alfaiate deste colete", proclamou Sandra Cavalcanti.

Da reunião, encerrada já depois das 13h, os líderes Carlos Chiarelli (Senado) e José Lourenço (Câmara) saíram com a incumbência de entrar em contato com o

presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, a quem dariam ciência da posição do partido — e de conversar com as lideranças dos pequenos partidos buscando o apoio, considerado natural, para sua proposta.

RESTRICÇÕES

O PFL não aceita a possibilidade de a Constituinte votar projetos de decisões, admitida em substitutivo do senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP) ao projeto de Regimento Interno, com o objetivo de dar poder aos constituintes para sobrestar medidas "que possam ameaçar os trabalhos e as decisões soberanas da Assembleia". Uma emenda suprimindo tal previsão deverá ser apresentada, hoje, pelo partido.

Outro item do substitutivo rejeitado pela frente liberal é o relativo ao funcionamento da Câmara e do Senado. Segundo o deputado Mário Assad (MG), da comissão do PFL que examinou o texto, não cabe à Constituinte determinar ao Congresso que reformule seus regimentos para adaptar seus trabalhos aos da Assembleia. Além disso, o PFL não concorda com a duração das sessões da Constituinte, fixada no substitutivo, porque ela impediria o funcionamento da Câmara, do Senado e do Congresso. Uma idéia em estudo no partido é a apresentação de emenda estabelecendo um espaço para a realização das sessões da

Câmara e do Senado, que poderia ser o de um dia por semana.

Os pontos sobre a participação popular na Constituinte também são contestados pelo PFL. O partido quer suprimir dispositivo segundo o qual entidades da sociedade podem apresentar sugestões às comissões constitucionais. Para Assad, essa previsão é "desnecessária". A obrigatoriedade de as comissões promoverem audiências públicas em cinco a oito sessões também deve ser abolida, na opinião do PFL, porque o número de sessões deve ficar a critério das comissões. O partido é, entretanto, conforme declarou Assad, favorável a audiências públicas.

O PFL discorda, também, do item sobre iniciativa popular de emenda ao projeto de Constituição, por considerar que a Constituinte "teria que montar um cartório para conferir as assinaturas dos 30 mil cidadãos que subscrevem a proposta", de acordo com Assad. O partido pretende debater melhor o assunto.

Outra grande restrição do PFL ao substitutivo é quanto à Comissão de Sistematização. Esta comissão teria muitos poderes, na visão do PFL, ao ter competência para apresentar substitutivo às propostas das comissões constitucionais, para dispor sobre o preâmbulo às normas gerais e às disposições finais e transitórias — onde caberia a fixação do mandato do presidente José Sarney.

Pró-Soberania não previu reação

As reivindicações dos pequenos partidos no sentido de o regimento interno dar maior espaço para a atuação das bancadas menores, a polémica em torno da possibilidade de a Constituinte elaborar projetos de decisão e a forma de superá-la, o relacionamento com o PFL e questões práticas, como a produção

dos programas de divulgação da Assembleia. Estes pontos foram tratados ontem entre os líderes do PMDB na Câmara e no Senado, Luiz Henrique (SC) e Fernando Henrique Cardoso (SP), os deputados Antônio Brito (RS), Nelson Jobim (RS), Ibsen Pinheiro (RS) e Miro Teixeira (RJ), Ulysses Guimarães,

Segundo Ibsen Pinheiro, a possibilidade de a Assembleia aprovar projetos de decisão foi aberta para casos excepcionais: "Temos que tranquilizar o PFL de que não será feita uma Constituição a cada dia, e os pequenos partidos de que terão espaço para colocar suas idéias.